



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

FACULDADE DE DIREITO

Credenciada pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005.

CURSO DE DIREITO - BACHARELADO

Reconhecido pela Portaria MEC n.º 444, de 1º de novembro de 2011 – DOU de 3/11/2011.

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO ANO LETIVO DE 2016

Porto Alegre, março de 2017.

LISTA DE QUADROS

QUADRO N.º 1 - CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO	6
QUADRO N.º 2 - CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO	6
QUADRO N.º 3 - CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECRENCIAMENTO	7
QUADRO N.º 4 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2014 E 2015 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
QUADRO N.º 5 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE DIREITO – 2015	25
QUADRO N.º 6 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO I	27
QUADRO N.º 7 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO III	40
QUADRO N.º 8 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	43
QUADRO N.º 9 - GRAU DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	44
QUADRO N.º 10 - GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS ACADÊMICOS E DOCENTES DA FACULDADE	44
QUADRO N.º 11 – DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE FATURAMENTO DESTINADO À CONCESSÃO DE BOLSAS	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP	9
1.2 A MANTENEDORA	9
1.3 ORGANOGRAMA	10
1.4 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE	11
1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	12
1.5.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO	12
1.5.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP	12
1.5.3 CARGA HORÁRIA TOTAL	12
1.5.4 NÚMERO DE CRÉDITOS	12
1.5.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO	12
1.5.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO	12
1.5.7 NÚMERO DE VAGAS	13
1.5.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO	13
1.5.9 DIMENSÕES DAS TURMAS	13
1.5.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	14
1.5.11 MISSÃO DO CURSO	14
1.5.12 VISÃO DO CURSO	14
1.5.13 VALORES DO CURSO	14
1.5.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO	15
1.5.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO	15
1.5.16 APRENDIZAGEM DESEJADA	16
1.5.17 PERFIL DO EGRESSO	16
1.6 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	18
SEGUNDA PARTE:	20
2 METODOLOGIA	21
TERCEIRA PARTE:	26
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Eixo II	27
3.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI	28
3.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL	31
3.3 CONSIDERAÇÕES	37
POLÍTICAS DE GESTÃO	40
10.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL	41
10.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP	45
10.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	47
10.4 CONSIDERAÇÕES	49

1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei 10.861/2004 e com as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014, bem como decorrente da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Ação Anual, a Comissão Própria de Avaliação – CPA elaborou o Relatório Parcial de Autoavaliação.

O presente Relatório Parcial de Autoavaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) está dividido em três partes e tem como finalidades:

- a) caracterizar sumariamente a IES, seu Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e demais atividades curriculares desenvolvidas, partindo de dados consolidados no ano de 2016, correspondendo ao período de janeiro a dezembro, e das análises apresentadas nos relatórios anteriores;
- b) explicitar os referenciais e metodologia utilizados pela CPA para a avaliação das ações previstas no PDI e nos seus planos de ação anuais;
- c) apresentar os resultados da avaliação externa e interna relativa as cinco dimensões, agrupadas em dois eixos, de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014.
- d) sugerir soluções alternativas a serem implementadas em curto prazo pela Faculdade em seu Plano de Ação para o período de 2016/2017 e, a médio e longo prazos, visando aos processos de melhorias contínuas e adequações que incidam sobre as propostas registradas no PDI, no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito – PPC.
- e) comunicar e informar aos segmentos da comunidade acadêmica e comunidade em geral os resultados do processo de autoavaliação institucional.

A CPA, em seu processo de autoavaliação, propõe uma condução contínua de ações voltadas para avaliações em diferentes níveis de abrangência com a finalidade de estabelecer parâmetros para os processos de planejamento e desenvolvimento institucional. Busca em seus processos diagnósticos pautados na análise de dados e informações representativas e

atualizadas, na medida em que apontam para uma visão de desenvolvimento institucional temporal.

A CPA baseou-se nas orientações da avaliação externa MEC/DAES/INEP - Diretrizes para a Avaliação Externa e nos documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2016. Neste íterim, é possível reconhecer que a Fundação Escola Superior no Ministério Público, instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, fundada em 1983, superou a três principais fases em sua trajetória de desenvolvimento institucional:

- a) **a primeira**, quando, como instituição não educacional, oferecia Cursos de Extensão, em especial, Cursos Preparatórios às Carreiras Públicas; com o objetivo de ampliar seus serviços comunitários na área de formação jurídica, passou a ofertar cursos de Pós-Graduação *lato sensu*¹;
- b) **a segunda** fase ocorreu quando a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público foi credenciada, pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005, e autorizada a oferecer o Curso de Graduação em Direito, pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006;
- c) **a terceira** fase constituiu-se pelos processos de reconhecimento do curso de Graduação em Direito e pelo credenciamento institucional. O reconhecimento do Bacharelado em Direito aconteceu pela Portaria SERES n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3.11.2011. O credenciamento da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público ocorreu em 27.2.2013 pela Portaria MEC n.º 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU n.º 40, p.32, de 28 de fevereiro de 2013.

¹ A autorização de oferta de Cursos de Pós-Graduação foi concedida pela Portaria MEC n.º 1.618, de 28 de outubro de 1999, publicada no DOU em 3/11/99.

No ato de reconhecimento, a instituição obteve conceito máximo, nos termos do quadro que segue.

QUADRO N.º 1 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO

<u>Dimensão</u>	<u>Conceito</u>
<u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u>	<u>5</u>
<u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>	<u>5</u>
Dimensão 3 - Instalações Físicas	5
CONCEITO FINAL	5

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/nov. 2010

No processo de Renovação de Reconhecimento de Curso, cuja visita *in loco* ocorreu no período 14/12/2014 a 17/12/2014, a comissão de Avaliadores *ad-hoc* composta pelos membros Prof^o Dr. Clovis Demarchi e Prof^a Dra. Ines Cabral Ururahy de Souza, atribuiu o conceito final 5 (CINCO), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade.

QUADRO N.º 2 – CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO

<u>Dimensão</u>	<u>Conceito</u>
<u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u>	<u>4,4</u>
<u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>	<u>4,7</u>
Dimensão 3 - Instalações Físicas	4,6
CONCEITO FINAL	5,0

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/jan. 2015

No processo de credenciamento (2010), a Comissão Avaliadora do INEP em seu relatório final encaminhado pelo MEC, com o julgamento final da avaliação, expressou:

Esta comissão, ao realizar as ações de avaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, no Processo e-MEC de n.º 200813980, da avaliação de n.º 82617, composta pelos Membros Prof. Armindo José Longhi, Prof. Tadeu da Mata Medeiros Branco e Prof^a Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto; e levando em consideração cada uma das dez dimensões avaliadas e seus requisitos legais, todos integrantes deste relatório, e ao considerar, também, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste instrumento de avaliação, atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão. (Relatório de credenciamento nov./2010)

QUADRO N.º 3 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECREDENCIAMENTO

Dimensão	Conceito
Dimensão 1 - Missão e PDI	5
Dimensão 2- Política para Ensino	5
Dimensão 3 - Responsabilidade Social	4
Dimensão 4 A comunicação com a sociedade	3
Dimensão 5 - Política de Pessoal	4
Dimensão 6 - Organização e Gestão da IES	4
Dimensão 7 - Infraestrutura física	3
Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação	4
Dimensão 9 - Atendimento ao Discente	3
Dimensão 10 – Sustentabilidade	4

Fonte: Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010

Cabe destaque que a FMP recebeu selo de qualidade do programa OAB Recomenda, que visa ao aprimoramento do ensino jurídico no país, sendo considerada a única IES privada da região metropolitana de Porto Alegre a receber tal recomendação. O selo é atribuído a cada três anos e leva em conta em sua formulação o índice de aprovação de alunos no Exame de Ordem e o seu desempenho no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

A Faculdade de Direito e a Mantenedora reconhecem a importância da avaliação institucional como processo que permite, por meio do levantamento de informações e da sistematização dos dados, tomar decisões de relevante importância para a IES. Atende ao formalismo institucional e normativo externo, voltando-se para as melhorias contínuas e à implantação de uma cultura de planejamento/execução/reflexão/ação do processo autoavaliativo.

A partir da análise dos relatórios das avaliações externas e dos relatórios de autoavaliação dos anos anteriores, foi elaborado o Relatório Parcial de Autoavaliação da IES para o ano de 2016. Com a finalidade de atender o disposto na Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP N° 08/2013 e as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n° 65/2014, o presente relatório parcial apresenta a análise de 2 dos 5 eixos, que agrupados contemplam 5 das 10 dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei n° 10.861):

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 4: Políticas de Gestão
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Conforme apresentado acima, a IES concluiu a revisão e a atualização das metas do PDI (2015-2019), razão pela qual os membros da CPA redirecionaram a avaliação do Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional) e do Eixo 4 (Políticas de Gestão), para serem objeto de análise no Relatório Parcial de 2016. Cabe ressaltar que a avaliação do Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional), do Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) e do Eixo 5 (Infraestrutura Física) foram objeto de análise do Relatório Parcial do ano de 2015.

A divulgação deste relatório está prevista para o início do semestre letivo de 2017, aos segmentos acadêmicos e da comunidade em geral.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

A **Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público**, credenciada para funcionar como Instituição de Ensino Superior pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005, e reconhecida pela Portaria MEC nº 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU nº 40, p. 32, de 28 de fevereiro de 2013.

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421: 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10º e 12.º andares

Fone: (51) 3027.6565

Fax: (51) 3027.6555

1.2 A MANTENEDORA

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul** é entidade administrativa e financeiramente autônoma, dotada de personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos. É presidida pelo Sr. David Medina da Silva, Especialista, desde novembro de 2013.

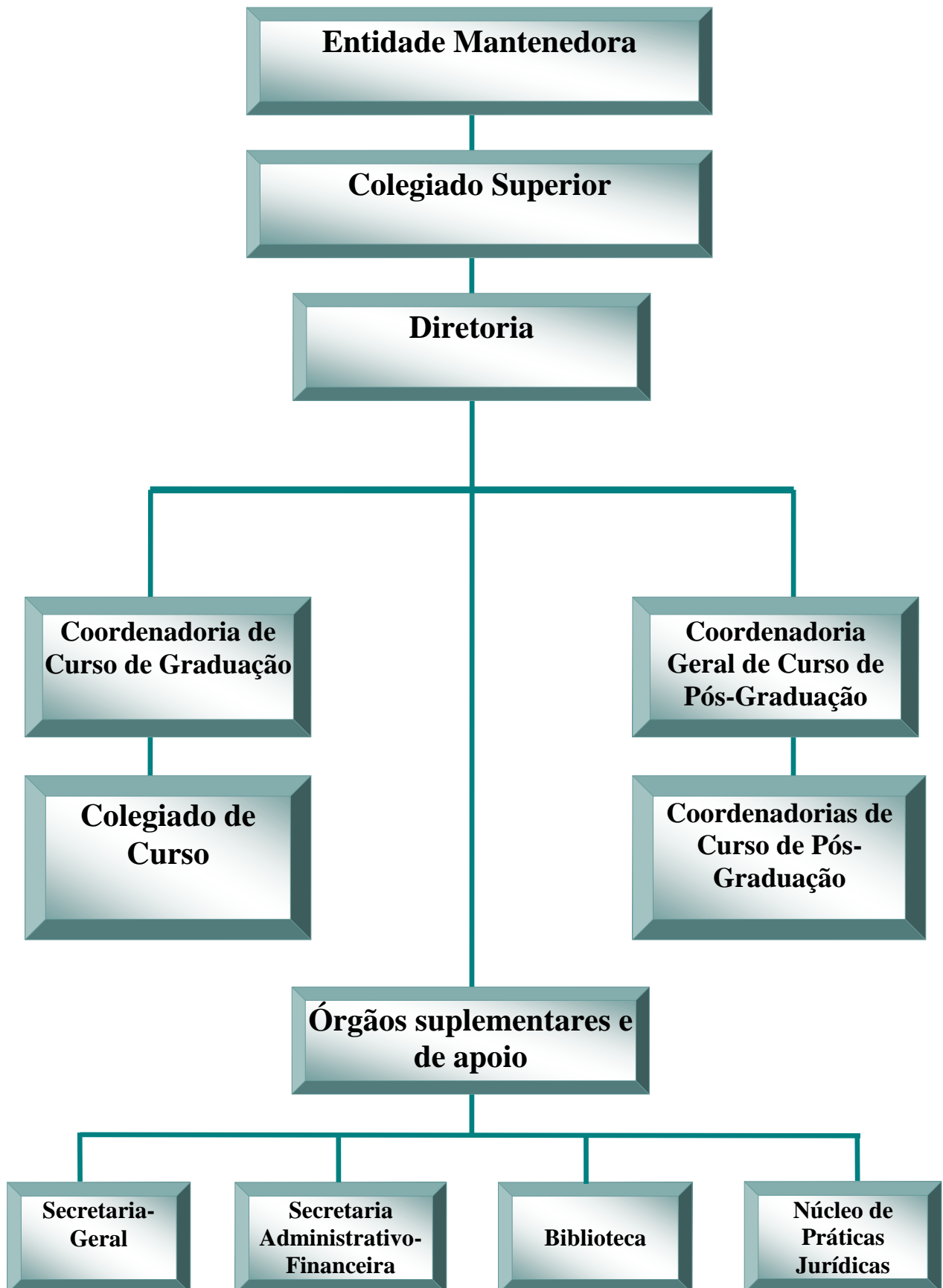
CNPJ: 90.090.762.0001-19

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421, 9.º andar

Fone: (51) 3027 6565

Fax: (51) 3027 6555

1.3 ORGANOGRAMA



1.4 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE

A Comissão Própria de Avaliação é exercida pelos membros abaixo relacionados, que passaram a atuar a partir da Portaria n.º 21/2011, sendo formada pelos integrantes nomeados pela Portaria n.º 6/2012, com alterações realizadas pela Portaria n.º 10/2013, n.º 8/2014, n.º 2/2015, n.º 7/2015 e n.º 4/2016.

a) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

- Ohara Reis
- Mariana Christofoli Ramos
- Rosângela Rocho Berg

b) Representantes do Corpo Docente

- José Antonio Reich
- Renata Maria Dotta
- Luis Augusto Stumpf Luz (Coordenador da Comissão)

c) Representante do Corpo Discente

- Adriana Prass da Silva
- Rosemeri Munhoz de Andrade
- Rodrigo Ruiz Carvalho

d) Representante da Sociedade Civil

- Jaqueline Maciel
- Luiz Fernando Oderich
- Renato da Silva Selayaram

1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

1.5.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO

Curso de Direito - Bacharelado

1.5.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP

N.º 92.173

1.5.3 CARGA HORÁRIA TOTAL

A carga horária é de 3.703 horas (60min), que equivalem a 4.444 horas-aula² de 50 min.

1.5.4 NÚMERO DE CRÉDITOS

O número de créditos é de 234.

1.5.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO

- a) Regimento da Faculdade
- b) Plano Pedagógico Institucional
- c) Projeto Pedagógico do Curso
- d) Atos regulatórios decorrentes³

1.5.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO

- a) Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

² Segundo Ato Normativo, aprovado na reunião da Direção Superior de 3/8/2009, GRAD n.º 002/2009 – Alteração Matriz Curricular, que altera a Matriz Curricular do Curso de Direito, aprovada pelo MEC, autorizado pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006, quando da Autorização de Funcionamento do Curso, a serem cumpridas pelos acadêmicos a partir do 2.º semestre de 2009.

³ Conforme documentos integrantes do arquivo de Regulamentações da Faculdade.

- b) Parecer CNE CES n.º 55/2004; Parecer CNE/CES n.º 211/2004, Resolução CNE/CES n.º 09/2004; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito.
- c) Decreto n.º 5.626/2005; Libras.
- d) Parecer CNE/CES n.º 08/2007; Carga horária.
- e) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002; Política da Educação Ambiental.
- f) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 – SINAES.
- g) Condições de Acessibilidade, conforme as leis n.º 10.098/2002, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e a Portaria n.º 3.284/2003.
- h) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei n.º 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- i) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP n.º 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.

1.5.7 NÚMERO DE VAGAS

O curso oferece 200 vagas anuais, distribuídas semestralmente em dois turnos, conforme Portaria de Reconhecimento do Curso n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no DOU n.º 211, de 3 de novembro de 2011, p.40.

1.5.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO

O Curso funciona nos turnos diurno e noturno.

1.5.9 DIMENSÕES DAS TURMAS

As turmas são compostas por, no máximo, 50 acadêmicos, atendidas as especificidades da disciplina e do espaço da sala de aula.

1.5.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Segundo a legislação vigente, o tempo mínimo para integralizar o Curso é o de dez semestres. A Faculdade estabeleceu, como prazo máximo para a conclusão do Curso, o período de 16 semestres.

1.5.11 MISSÃO DO CURSO

Promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando cidadãos e profissionais éticos para atuarem como agentes de transformação social.

1.5.12 VISÃO DO CURSO

Ser reconhecido como excelente opção educacional focada na formação de juristas diferenciados: profissionais éticos, humanistas, resolutivos e prontos para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar.

1.5.13 VALORES DO CURSO

Valorizar o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, que remetem à competência, efetividade, ética, excelência, interdisciplinaridade, justiça e pluralidade.

1.5.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar profissionais para uma sociedade em constante mutação, com adequada visão humanística, ética e crítica, técnico-jurídica e prática, capazes de compreender, refletir e agir sobre o fenômeno jurídico de forma interdisciplinar, bem como de antecipar-se, oferecendo orientações capazes de posicionar a comunidade no enfrentamento dos problemas atuais e futuros, pela reflexão sustentada em um conhecimento teórico consolidado, cumprindo seu papel de agente de transformação regional e nacional.

1.5.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

- a) **Alcançar** o patamar de excelência na formação jurídica de bacharéis cientes da necessidade de cultivar a educação jurídica continuada, preparados para uma sociedade em constante mutação, reconhecidos como profissionais competentes para resolver tecnicamente os problemas que se apresentam sempre como desafios éticos e humanos.
- b) **Colaborar** no desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e com intervenções práticas, para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros e regionais, tendo como horizonte a efetivação de direitos fundamentais e a formulação de propostas no que tange às políticas públicas, bem como à integração e à cooperação internacionais.
- c) **Enfatizar** os valores plurais que conformam a Justiça das sociedades contemporâneas – interculturais e complexas – e estimular práticas coerentes com a emancipação e a inclusão das pessoas, cuja dignidade é valor fonte do Estado Constitucional, preferencialmente pela atuação extrajudicial, para prevenção e solução de conflitos individuais, coletivos e difusos.
- d) **Apresentar** a formação oferecida como alternativa de alto nível, no cenário educativo brasileiro, para estudos interdisciplinares que congreguem atividades de ensino, pesquisa e extensão com vocação para a interação entre o público e o privado, descortinando as diretrizes atuais para o aperfeiçoamento democrático do Direito, com processos

decisórios claros e transparentes, e desenvolvimento sustentável centrado na dignidade da pessoa humana e no primado do Direito.

1.5.16 APRENDIZAGEM DESEJADA

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que iluminam as áreas temáticas contempladas na matriz curricular de cada disciplina foram elaborados a partir das seguintes premissas:

- a) Possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade de aprendizagem dos acadêmicos, dos docentes e da instituição como um todo.
- b) Possibilitar a construção do conhecimento pelo próprio acadêmico e ampliar a participação dos docentes nessa trajetória discente, com apoio nas atividades de pesquisa e de extensão realizadas.
- c) Viabilizar a integração entre as disciplinas teóricas e as práticas de maneira gradual, visto que o acadêmico precisa localizar-se conceitualmente antes da realização de práticas orientadas.

1.5.17 PERFIL DO EGRESSO

Levando em conta as determinações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de setembro de 2004, ficam definidas as finalidades e as expectativas do corpo diretivo, dos docentes da Faculdade, da mantenedora, dos estudantes ingressantes, e a relação da IES com o estudante concluinte.

O perfil do egresso do Curso aponta para um sujeito capaz de refletir sobre sua ação, pautada pela ética, pelo humanismo, de forma contextualizada, trazendo, em sua ação, soluções e orientações, de forma qualificada, para a pacificação das relações entre os diversos públicos que buscam a proteção de seus direitos. Nesse contexto, a Fundação Escola Superior do Ministério Público, por meio de seu Curso de Graduação em Direito, propõe formar profissionais com as seguintes competências, habilidades e atitudes:

- a) Atitude constante de autoavaliação quanto às habilidades e aos conhecimentos, de modo a projetar permanente atualização e contínuo aperfeiçoamento.
- b) Atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias (administrativas, judiciais e outros espaços), pela utilização de processos, atos e procedimentos.
- c) Capacidade de pesquisar e capacidade para utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes para a aplicação e a produção criativa do Direito, mercê de análise crítica do sistema jurídico, de modo a encontrar a solução mais viável para os casos e as situações apresentados, valendo-se da interdisciplinaridade e dos valores sociais estampados na Constituição Federal.
- d) Capacidade de comparar e contrastar, detectar contradições, avaliar as consequências das escolhas axiológicas; questionar a realidade e argumentar coerentemente, inclusive de forma estético-expressiva; em especial, utilizar o raciocínio jurídico e a capacidade de convencimento, metafórica e analógica.
- e) Capacidade de leitura e análise das várias linguagens, inclusive imagéticas, tradicionais ou visionárias, bem como compreender e elaborar textos e documentos.
- f) Domínio de informações e capacidade de compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, assim como outras tecnologias e métodos alternativos.
- g) Postura humanística e interdisciplinar para além do domínio dos conteúdos estritamente jurídicos, evidenciando a capacidade de compreender e situar-se em temas que transcendem o específico ambiente jurídico.
- h) Capacidade de compreender o integrar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática, bem como a sua essência humanística.
- i) Utilização correta da linguagem (com clareza, precisão e propriedade) e da fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário.

- j) Habilidade e atitude para conviver com as pessoas, capaz de alteridade, de mediação e de aproximar pessoas.
- k) Perceber seu papel de agente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.
- l) Posição pragmática voltada para a realidade regional, ciente do contexto internacional, com competência suficiente para entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, para equacionar problemas e levar harmonia aos interesses sociais em tensão.

1.6 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação vem desenvolvendo seu compromisso com a qualidade e com o acompanhamento e a avaliação de suas ações nos âmbitos em que atua. A IES, por meio de seus cursos de Pós-Graduação, se coloca como opção ao incremento da capacitação de estudantes para a atuação especializada na área pública, sem deixar de reconhecer sua responsabilidade na formação de profissionais de outras carreiras jurídicas.

Ainda que a FMP tenha foco no Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado, o Programa de Pós-Graduação busca ser mais abrangente, atuando no âmbito das diferentes carreiras jurídicas. A divulgação é feita entre os vários setores da sociedade, como os órgãos de administração direta e indireta, estaduais e federais situados neste Estado, para entidades de classe, federações de indústria e comércio. Ao egresso do Curso Bacharelado em Direito da FMP também são concedidos benefícios para o desenvolvimento de sua formação nos cursos de Pós-Graduação (*stricto e lato sensu*), conforme prevê o Programa de Acompanhamento ao Egresso.

As metas do PDI, relativas à Pós-Graduação, merecem destaque pelo esforço empreendido pela IES no sentido de aproximar e integrar a Graduação da Pós-Graduação. A Faculdade, como IES, incorporou as ações desenvolvidas pela Mantenedora (especialmente credenciada como instituição não educacional para oferecer cursos de Especialização), dando continuidade às ofertas que estão incorporadas no PDI. Em 2014, foi constituída uma comissão para elaboração de projeto de implantação de curso *stricto sensu*. Ao final do semestre letivo de 2015, a IES obteve a aprovação da oferta da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, habilitando-a para ofertar o curso de Mestrado

Acadêmico, estruturado em duas linhas de pesquisa: Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados e Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais, cuja primeira turma teve ingresso no primeiro semestre de 2016.

Em 2016 iniciou a primeira turma da pós-graduação *Stricto sensu* com 25 alunos. No final de 2016, novo processo seletivo foi iniciado coma oferta de 25 novas vagas para o ano de 2017. Com isso, o curso conta com 50 alunos.

A Faculdade se coloca, assim, com seus cursos de Pós-Graduação, como opção natural para qualificar a ação administrativa na área pública dos órgãos de administração direta e indireta estadual, municipal e federal. Além disso, há uma preocupação em reorganizar e acompanhar as tendências pedagógicas, com a proposição de cursos de Pós-Graduação de forma modular e adequadas às ferramentas de EaD. No ano de 2015, a IES realizou solicitação de credenciamento para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino à Distância, recebendo parecer favorável, com nota 5, pela Comissão Avaliadora na visita *in loco*. Em decorrência desta ação constatou-se o compromisso da IES com o aprimoramento dos processos acadêmicos, técnicos e administrativos para oferta dos cursos e outras atividades de formação na modalidade EaD. A implementação e oferta dos cursos de Pós EaD aguardaram a publicação da portaria do MEC de credenciamento, publicada no início de 2017. Com isso a Instituição organizará novos cursos de especialização para oferta a comunidade acadêmica.

Ao longo dos últimos anos, a fim de atender, de forma mais qualificada, a comunidade acadêmica, medidas de aproveitamento da contratação das horas dos docentes da Graduação, nos cursos de Pós-Graduação, no desenvolvimento de grupos e atividades de pesquisa e extensão foram adotadas, resultando também no maior intercâmbio e integração dos acadêmicos dos diferentes níveis.

SEGUNDA PARTE:
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: METODOLOGIA

2 METODOLOGIA

A CPA baseou-se nas orientações vigentes da avaliação externa MEC/CONAES - Diretrizes para a Avaliação Externa, documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2016. São 5 as fontes formais de coleta de dados que auxiliam a comissão na análise da instituição, entre elas:

- 1) o formulário de avaliação aplicado aos discentes, docentes e colaboradores;
- 2) o Totem disponível fisicamente na Instituição e nos portais de comunicação da IES;
- 3) as demandas recebidas pela Ouvidoria;
- 4) as avaliações pontuais das atividades de extensão oferecidas; e
- 5) as atas das reuniões de representantes de turma realizadas bimestralmente

Ainda, há de se destacar o acesso a avaliação exclusiva com os formandos que é realizada semestralmente e as ações específicas desenvolvidas pelo Programa de Acompanhamento de Egressos.

No ano de 2016, coerente com sua missão, a FMP apoiou a realização do processo de autoavaliação interna, não apenas como uma exigência legal estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas como requisito de apoio à melhoria de seus processos de gestão acadêmica e administrativa e de melhoria de seus procedimentos e produtos educacionais oferecidos, em nível de Graduação e de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Dessa forma, os processos internos de avaliação, adotados pela CPA e a Faculdade, durante o ano letivo de 2016, identificaram:

- a) As necessidades e possibilidades de ajustes operacionais e gerenciais para favorecer a consolidação e o desenvolvimento dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.
- b) A possibilidade de exploração de potencialidades descobertas relativas às políticas de pessoal, à responsabilidade social e a organização da gestão institucional.

A análise dos documentos normativos da Faculdade, realizada por meio das informações obtidas pela CPA junto aos informantes do Quadro 4, exposto a seguir, evidencia a importância da avaliação dos principais indicadores constantes dos documentos para uma gestão de qualidade, em especial:

- a) no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- b) no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- c) no Regimento da Faculdade.
- d) o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC).
- e) na revisão dos atos normativos existentes, relativos a questões acadêmicas e administrativas.
- f) na possibilidade de elaborar novos atos normativos relativos ao funcionamento de estruturas auxiliares criadas e avaliadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP), as Coordenações da Pesquisa, da Extensão e das Atividades Complementares.
- g) nos relatórios das Comissões de Avaliadoras *in loco* do MEC, que subsidiaram o reconhecimento do curso e o recredenciamento institucional.

QUADRO N.º 4 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2014 E 2016 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

DIMENSÕES		2014/2015/2016
Missão e PDI		Diretor da Faculdade, Secretaria Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NAP, integrantes da Coordenação da Pós-Graduação, integrantes do NDE
Ensino	Geral	Direção, Coordenadores de Curso, Docentes, Acadêmicos, integrantes do NAP, Ouvidoria
	Grau de Satisfação	Acadêmicos e Docentes
Responsabilidade Social		Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Executiva, Comunicação Social, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Práticas Jurídicas, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente
Comunicação com		Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos,

a Sociedade	Comunicação Social, Docentes, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente, da Ouvidoria
As políticas de carreiras do corpo docente e técnico administrativo	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos Gerência Executiva, Docentes, Funcionários e integrantes do NAP
Organização e gestão da instituição	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas e Mantenedora
Infraestrutura física	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas, Acadêmicos, Funcionários, Docentes e Mantenedora
Planejamento e Avaliação	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas NAP
Políticas de atendimento acadêmico	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Administrativa, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e integrantes do Corpo Discente e Docente
Sustentabilidade Financeira	Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Administrativa e Mantenedora

O processo de avaliação sistemática, realizado em 2016, nas reuniões da CPA, revisou a formulação das perguntas elaboradas nas edições anteriores, mantendo-se fiel aos objetivos das perguntas antigas, porém com inclusão de questões específicas identificadas com os Eixos em avaliação (Eixo 2 e 4) – (Apêndice 1). Para tal, considerou as principais finalidades expressas pela IES em seus documentos institucionais, em especial, o art. 2.º do seu Regimento.

Em 2016, o processo avaliativo foi realizado em dois períodos formais, previstos no Calendário Acadêmico, propiciando a ampla divulgação e participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação. Foi incrementado um canal direto de comunicação da comunidade acadêmica com

a CPA, por meio de Totem⁴ localizado no 12º andar, e de canais de comunicação no Portal do Aluno, que permite incluir, em tempo real, avaliações e comentários de estudantes, funcionários e docentes. As avaliações qualitativas recebidas no Totem são analisadas sistematicamente pela CPA, que fica responsável por direcionar a demanda para o tratamento adequado do setor que é responsável, quando necessário, a fim de dar retorno ao interessado. As informações obtidas servem para a consolidação da avaliação qualitativa da IES.

Em 2016, a CPA elaborou o cronograma abaixo para realizar os diversos procedimentos previstos para o Projeto de Autoavaliação Institucional.

⁴ Dispositivo físico composto por computador e estrutura onde fica disponível a página da avaliação permanente, programa criado pela CPA em conjunto com a TI para ser espaço livre de acesso aos acadêmicos.

QUADRO N.º 5 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE DIREITO – 2016

ETAPA 2016 →	Jan.	Fev.	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Organização prévia do Relatório / 2016												
Encaminhamento do relatório de 2016												
Reuniões da CPA (presenciais ou on-line)												
Definição e aprovação do plano de autoavaliação para o ano letivo												
Definição da metodologia de divulgação entre os envolvidos (professores, funcionários e estudantes..)												
Definição de estratégias e Metodologia de coleta e tratamento de dados												
Sensibilização interna (cartazes, cartas e seminários.).												
Contato com a TI p/ disponibilização dos questionários												
Definição de eventuais grupos de trabalho para o desenvolvimento das atividades												
Revisão dos questionários de avaliação												
Definição dos formatos dos relatórios												
Aplicação do questionário da autoavaliação												
Impressão e sistematização dos resultados												
Análise e difusão interna preliminar dos resultados												
Redação preliminar dos Relatórios												
Encaminhamento interno do Relatório Final de 2015												
Divulgação do relatório à comunidade acadêmica e planejamento da novas ações/2016												
Plano de Ação e propostas de ação 2017												
Avaliação crítica das atividades avaliativas												

TERCEIRA PARTE:
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DOS EIXOS

3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Eixo II

QUADRO N.º 6 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO II

EIXO 2	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS
<p>Dimensão 1:</p> <p>A missão e o plano de desenvolvimento institucional</p>	Estudo do PDI	Acompanhamento e avaliação das estratégias do PDI.
		Participação nas reuniões de gestão para o aperfeiçoamento das políticas institucionais e implementação de ações voltadas à melhoria institucional.
		Elaboração do Plano Anual de Ação – 2016.
	Revisão do PPI	Revisão do PPI, estendendo-o para os demais níveis e modalidades de ensino da Faculdade, qualificação dos professores para apropriação e implementação programada.
	Estudo do Regimento Interno	Revisão do Regimento da Faculdade pelo NDE.
	Estudo do PPC	Realização de estudos do PPC pelo NDE. Inclusão de metodologia ativas, disciplinas e atividades na modalidade EaD no projeto pedagógico do curso.
	Oferta de curso de pós-graduação <i>stricto-sensu</i>	Estabelecimento das normativas Programa de Pós-Graduação.
Oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> - EaD	Credenciamento da instituição para oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> na modalidade EaD. Desenvolvimento do projeto de implantação da pós-graduação na modalidade a distância.	
<p>Dimensão 3:</p>	Programa de Assessoria Jurídica Extrajudicial – PAJE	Realização de assessoria jurídica aos funcionários e dependentes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Firmado convênio com o Procon/RS para mediação nas relações de consumo e prevalência de tutela preventiva.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural		Escritório Modelo (adequação do espaço físico)
	Projeto Valorização a Vida	Realização de campanha de doação de sangue em parceria com o Hemocentro de Porto Alegre e campanha de conscientiza sobre responsabilidade ambiental no espaço de trabalho para o corpo técnico administrativo.
	Doação de material escolar	Realização de atividade de arrecadação de material escolar no amigo secreto solidário da FMP.
	Acessibilidade	Criação de mecanismos de acessibilidade às pessoas deficientes da comunidade interna e externa nos eventos e atividades da Faculdade
	Criação do Observatório sobre a Violência articulado com Instituições externas	Dois projetos de pesquisa
	Espaço para publicação de artigos para disseminação dos resultados	1 E-book

3.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Esta dimensão foi avaliada a partir da análise documental disponível na IES, especialmente em relação ao cumprimento das ações previstas no PDI. Na análise, identificaram-se: a sequência e continuidade das ações previstas no Plano de Ação Anual, a coerência do PDI com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a preocupação com a responsabilidade social, em especial, na promoção de atividades de ensino e de extensão com valorização dos Direitos Humanos. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento do Projeto “Visita às Casas Prisionais” e o projeto de pesquisa e extensão interdisciplinar com enfoque restaurativo a mulheres usuárias de drogas e

pequeno traficantes aprovado por edital específico da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que prevê a articulação integrada do Sistema de Justiça e do Sistema de Saúde no atendimento a essas mulheres.

No âmbito das ações voltadas à incorporação das novas tecnologias para o desenvolvimento da infraestrutura e das atividades na modalidade EaD, foram destaques em 2016:

- a) Qualificação do Programa de Inovação Tecnológica com a extensão das atividades e suporte ao Programa de Mestrado;
- b) Investimento na ampliação da infraestrutura existente de EaD para atender as necessidades do Programa de Pós-Graduação;
- c) Oferta de uma disciplina optativa, Desafios Jurídicos e Tendências Atuais, no curso de Graduação em Direito na modalidade semi-presencial;
- d) Oferta de cursos livres na modalidade de EaD (Curso Novo CPC e Curso de Atualização Língua Portuguesa).
- e) Aquisição do banco de dados ROnline e Haioline, através da biblioteca.

É relevante mencionar que a incorporação ao PPC de disciplinas e de atividades em EaD, bem como a inserção de ferramentas de metodologias ativas nas disciplinas existentes foi objeto de estudo do Núcleo Docente Estruturante e das reuniões de Colegiado de Curso, durante o ano letivo de 2016. Da mesma forma, está em curso o estudo da revisão da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Direito, com previsão de implementação no primeiro semestre de 2018. A revisão do Regimento da Faculdade também foi objeto de estudo e revisão pelo NDE, que validou a alteração dos itens referentes à análise normativa do Código de Ética da Faculdade.

Em nível de Pós-Graduação, o início das atividades letivas do Programa de Mestrado Acadêmico da FMP em 2016/1, desencadeou a expansão de atividades de ensino e pesquisa, bem como a participação de acadêmicos da Graduação em eventos nacionais e internacionais desenvolvidos pelo Programa de Mestrado, bem como pela participação de estudantes do Mestrado em atividades de extensão e dos eventos promovidos pela Graduação. A implantação do Mestrado também reorientou o planejamento das

atividades de pesquisa da Graduação com o alinhamento das linhas de pesquisa do Mestrado às atividades de pesquisa promovidas regularmente pela Graduação (Grupos de pesquisa, Laboratório de Iniciação Científica e Salão de Iniciação Científica).

No período avaliado, houve o fortalecimento das instâncias decisórias da IES, da interação entre os órgãos colegiados e os órgãos executivos na busca pelo aperfeiçoamento das políticas institucionais e na implementação de ações voltadas à melhoria acadêmica e administrativa. A CPA constatou que ocorreram reuniões institucionais do quadro funcional com a Mantenedora, reuniões do Colegiado Superior, do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso com o NAP. Observa-se a compreensão da importância da Avaliação Institucional, entendendo-a como um dos instrumentos para reorientação do desenvolvimento institucional nas suas principais áreas – ensino, pesquisa, extensão, bem como em nível da gestão do ensino e da gestão administrativa da faculdade.

Ainda em 2016, a IES realizou esforços para a manutenção de dados organizados e temporalmente hierarquizados pelos respectivos responsáveis, referentes:

- a) comissão de elaboração do Programa de Pós-Graduação EaD, seu encaminhamento e aprovação pelas instâncias colegiadas e aprovação pela comissão avaliadora do MEC.
- b) ao acompanhamento das ações desenvolvidas pela Coordenação do Curso de Mestrado da FMP.
- c) aos relatórios de atividades dos coordenadores de Pesquisa, Extensão, Práticas Jurídicas, TCC, Mobilidade Acadêmica e Programa de Acompanhamento de Egressos.
- c) à Secretaria-Geral e o acompanhamento de matrículas, rematrículas, trancamentos, transferências para outras instituições e evasões (a fim de subsidiar estudos e criação de projetos para redução do índice de evasões, melhorar o índice de captação de novos acadêmicos, especialmente os diplomados e os de transferência) e de novas matrículas para os Cursos da Pós-Graduação.
- d) à administração: estabelecimento de estratégias de concessão de

bolsas, não interferindo negativamente na sustentabilidade do Curso de Graduação.

- e) à administração: viabilização e manutenção do índice de investimento.
- f) à CPA: acompanhamento do nível de participação de acadêmicos, dos docentes e dos colaboradores técnico-administrativos nos processos de autoavaliação institucional.

No que tange a produção científica, desde a proposta do curso de mestrado até a solicitação do credenciamento da especialização EAD, o corpo docente debruçou-se em ampliar e qualificar sua produção científica. Neste sentido, com apoio institucional se pode observar um crescimento no número de publicações e de grupos de pesquisa criados com esta finalidade.

3.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apoiada em sua Missão, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve política de Responsabilidade Social, conforme abordado nos itens 1.3 do PDI e nas pesquisas e nos projetos de extensão que se encontram em andamento na instituição. Um reforço nesta abordagem se evidencia pelo Programa de Valorização à Vida, pelas ações do Núcleo de Práticas Jurídicas, pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão envolvendo populações vulneráveis, promoção de direitos humanos e o debate sobre o cenário político atual. A FMP adota a concepção de Responsabilidade Social a ser por ela exercida em programas diversificados com suas respectivas atividades, dentre eles:

- a) Programa Acadêmico de Assessoria Jurídica Extrajudicial (PAJE-FMP) é desenvolvido prioritariamente por meio de três atividades específicas:

- Assessoria Jurídica Gratuita: o atendimento é regularmente prestado na sede do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre por estudantes selecionados e supervisionados pela coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas, constituindo-se como principal público-alvo os funcionários, seus respectivos familiares (assim compreendidos, seu

cônjuge ou companheiro, bem como, os filhos dos colaboradores da Santa Casa), com potencial para 4.000 atendimentos.

- Projeto de Mediação Civil: envolve a participação de estudantes e docentes no projeto de mediação cível junto ao Centro Judicial de Mediação Familiar do Foro Central de Porto Alegre. Visa a oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito práticas de mediação, observando a aplicação dessa técnica, como instrumento de composição de conflitos familiares. O projeto está sendo reelaborado para atender a necessidade de criação da disciplina de Métodos Autocompositivos de Resoluções de Conflitos, quando da aprovação da alteração da Matriz Curricular.
- Procon-RS: a FMP firmou protocolo de intenções com o Procon/RS para a realização de mediação das relações de consumo e prevalência da tutela preventiva. A câmara de mediação está instalada nas dependências da FMP, no oitavo andar, na sede do Escritório Modelo. As mediações são realizadas pelo Procon/RS e estudantes da FMP matriculados na disciplina de Prática V.

b) Grupos de extensão e pesquisa, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes, dentre eles destacam-se:

- Regularização fundiária: o projeto destina-se a acompanhar a atuação específica do Ministério Público em expedientes (inquéritos civis, peças de informação e ações civis públicas) de loteamentos irregulares e ocupações, oriundos das Promotorias de Justiça Especializadas do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público e dos professores designados pela FMP.
- Direito à saúde a mulheres encarceradas: o projeto tem a finalidade de conhecer a situação de saúde de mulheres privadas de liberdade no sistema prisional do Rio Grande do Sul e propor orientações às políticas públicas para a efetivação de direitos sociais a esta população. O projeto tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e desenvolve-se em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde por meio da Política de Atenção Básica à Saúde Integral das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

- Aplicação das Portarias GM/MS nº 94/14 e nº95/14 às mulheres em cumprimento de penas restritivas de direitos sob o enfoque da Justiça Restaurativa: trata da criação de programa com enfoque restaurativo junto ao Tribunal de Justiça para a assistência da mulher usuária pequeno-trafficante, com intuito de construir a elaboração conjunta de estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades vivenciadas por mulheres nestas condições e, assim, a possível diminuição de recidivas penais.
- Programa de Valorização à Vida: está estruturado em quatro eixos: Atenção às Diversidades, Apoio à Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente e Programa Doe Sangue. Relativo ao apoio à pessoa com deficiência uma comissão foi formada com representantes do corpo docente, discente e de colaboradores. Esta comissão acompanha um conjunto de melhorias de infraestrutura, já implementadas pela IES, tais como: instalação de piso tátil no 7º andar; instalação de bebedouro para cadeirante, nos andares 6º, 7º e 12º; adaptação do banheiro feminino para utilização de cadeirantes, no 6º andar; adequação banheiros (retirada de obstáculos, instalação de espelhos para cadeirante, alteração de portas, instalação de apoio próximo ao sanitário), nos andares 12º, 7º e 6º; instalação de placa de identificação de WCs para cadeirantes no 7º andar; adaptação de mesa para cadeirante (instalação de rodízios - 2 unidades); rebaixamento do tablado do auditório localizado no 7º andar; instalação de fitas luminosas nas vidraças, para pessoas com baixa visão; retirada de obstáculos no 12º andar; adaptação de mesas da Biblioteca para acesso de cadeirantes; e elevadores sinalizados com braile e sistema sonoro.
- Visita às Casas Prisionais, envolveu a participação de 42 acadêmicos e visitas a 8 estabelecimentos prisionais. O projeto tem como objetivo central a aproximação do discente com a realidade do sistema carcerário, palco de corriqueira violação aos direitos e garantias fundamentais das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional. O Projeto ocorreu no segundo semestre letivo de 2016, onde, primeiramente foram efetivadas as visitas institucionais, e um evento de socialização dos resultados à comunidade acadêmica realizado no Auditório da FMP/RS. Cada grupo desenvolveu um artigo científico

dentro do tema pesquisado, que será revisado e organizado para publicação institucional de E-book.

- c) Campanhas sociais de doação de alimentos, materiais de higiene e materiais escolares. Durante 2016, três ações de grande repercussão foram realizadas integrando colaboradores, docentes e discentes voltadas para populações específicas em situação de vulnerabilidades social. Uma das ações foi mobilizada por coletivo de estudantes que produziram campanha de arrecadação de materiais de higiene e absorventes para mulheres encarceradas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A arrecadação de materiais escolares promovida pelos colaboradores e docentes para crianças em situação de vulnerabilidade social foi realizada no momento institucional denominado “Natal Solidário”. Além disso, foram realizadas atividades de campo na graduação e visita a uma Instituição de Acolhimento Institucional, onde vivem mais de 50 crianças em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Porto Alegre. Foram entregues brinquedos e realizado um piquenique coletivo, organizados pelos acadêmicos matriculados na disciplina de Psicologia Jurídica. A Faculdade também apoiou o evento organizado pela prefeitura de Porto Alegre, Governo do Estado e o Ministério Público Estadual que promoveu uma festa Natalina para mais de mil crianças em situação de acolhimento institucional.
- d) Acompanhamento de estudantes com dificuldades (psicossociais e econômicas) em todo o ciclo de formação e egressos realizados pelo NAP e Coordenação de Egressos.

A Faculdade conta, também, com cinco parcerias permanentes com entidades, organizações governamentais e universidades públicas que atendem diretamente a responsabilidade social, sendo eles o: projeto da VEPMA com o Tribunal da Justiça; o projeto de Pesquisa aprovado pelo Edital FAPERGS do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (FAPERGS/PPSUS), cuja temática envolve as mulheres encarceradas e o direito à saúde; centro de Mediação, realizado em parceria com o Procon/RS; o convênio de prestação jurídica gratuita com o Hospital Santa Casa; e a parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no desenvolvimento

dos Colóquios de Família e Sucessões e Almoço em Família. Os Colóquios de Família e Sucessões realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) na Faculdade, promoveu em 2016, palestras mensais gratuitas para a comunidade acadêmica e comunidade em geral. As atividades ocorrem no período de março a dezembro de 2016, no sábado pela manhã.

A responsabilidade social atrelada às atividades da pós-graduação é verificada em duas perspectivas. A primeira é a relacionada ao Curso de Especialização em Direito da Infância e Juventude. Esse curso, desde o seu início, foi se desenvolvendo em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma opção natural para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma consciência cultural que anteceda a mudança social. Nesse sentido, o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade. A segunda perspectiva é relacionada à responsabilidade social, que pode ser vislumbrada na qualificação de quadros da administração pública. A pós-graduação tende a melhorar a efetividade das ações administrativas e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Em sua relação com a comunidade, e com o objetivo de promover o atendimento da demanda social por um ensino acessível de qualidade, a Instituição possui planos de concessão de bolsas para entidades assistenciais, para acadêmicos com dificuldades econômicas e com entidades conveniadas.

Relativas às atividades de responsabilidade social são considerados seguintes critérios para a concessão de bolsas:

- a) Apoio aos acadêmicos em situação de carência socioeconômica.
- b) Atendimento diferenciado aos diplomados.
- c) Premiação por destaque acadêmico (láurea e 1 lugar da turma).

As bolsas-premiação são aquelas que demonstram apreço pelos resultados de desempenho, que, sem dúvida, na grande maioria das vezes, se referem à elevação ou afirmação da autoestima do contemplado com o prêmio. Assim sendo, a Faculdade concedeu apoio com bolsa parcial e benefícios para:

- a) Os 1.º e 2.º colocados do processo seletivo, desconto de 30% e 20%, respectivamente, nas mensalidades durante o primeiro semestre do Curso de Direito - bacharelado.
- b) O melhor acadêmico concluinte do ensino médio, indicado pelos colégios conveniados com a IES, desconto de 50% nas mensalidades do primeiro semestre do curso.
- c) O acadêmico concluinte da graduação com melhor desempenho recebe desconto de 50% nas mensalidades do curso Preparatório da FMP.
- d) O egresso recebe desconto de 10% nas mensalidades dos cursos de Pós-Graduação.

Os convênios firmados com diversas instituições públicas e associações concedem de 5% a 10% de desconto no curso de Direito-bacharelado aos membros, servidores e dependentes vinculados aos conveniados, beneficiando 219 alunos em 2016. Também concede aos funcionários da instituição desconto de 100% em qualquer curso – de Graduação ou de Pós-Graduação – ofertado pela Faculdade de Direito, totalizando 8 colaboradores contemplados com esse benefício em 2016. A concessão de bolsas, nas modalidades supra referidas, tem o caráter de Responsabilidade Social. As bolsas concedidas aos acadêmicos com carências financeiras podem ser traduzidas por aquelas que concederam desconto na ordem de 10 a 30% do valor nas mensalidades, o que viabilizou sua inclusão e permanência no meio universitário, a formação acadêmica desejada e, certamente, um diferenciado desempenho no futuro profissional. Em 2016, 44 estudantes receberam descontos desta modalidade (bolsa socioeducativa).

O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, destinado a financiar a educação superior de estudantes, foi liberado para a FMP em 2012/2, com a concessão do auxílio para 15 estudantes. Em 2013, foi ampliado para 41. Em 2014, 34 estudantes foram beneficiados, destes 14 transferidos e 20 novos contratos. Em 2015, 96 estudantes foram beneficiados com FIES. Já em 2016, 80 foram beneficiados.

Houve a manutenção de projeto para concessão de auxílio financeiro para estudantes com alta competência acadêmica, mas dificuldades socioeconômicas. No âmbito da assessoria psicopedagógica, destacou-se o atendimento a estudantes com necessidades psicossociais, econômicas,

familiares ou pessoais, totalizando atendimentos desta modalidade realizados por esta equipe em 2016. Este espaço também usado pelos docentes, colaboradores e egressos que buscam aconselhamento e soluções em situações didáticas, pedagógicas, econômicas, pessoais ou familiares.

Finalmente, a FMP integra o Fórum das Instituições de Ensino Superior, criado no final de 2014, que vem debatendo o papel das Instituições de ensino superior na cidade de Porto Alegre. Atualmente a Faculdade de Direito está representada no Fórum por meio do Diretor da Faculdade, Dr. Fábio Roque Sbardellotto, e do Gerente executivo, Gerceí Carlos da Silveira. Em 2016, as reuniões do fórum foram organizadas bimestralmente.

3.3 CONSIDERAÇÕES

Para o ano de 2017, a CPA reforça a necessidade de perpetuação da cultura de acompanhamento, análise e (re)planejamento de ações de responsabilidade social, democratizando as decisões e os rumos da Faculdade, com vistas a:

- a) consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da IES, no âmbito das ações de responsabilidade social.
- b) executar as ações previstas no PDI.
- c) zelar pela busca incessante da excelência do curso com repercussão das ações na comunidade em que atua.
- d) incrementar políticas de atendimento das dimensões de avaliação do Ministério da Educação.

Foi considerado estratégico dar maior amplitude à divulgação das atividades de Extensão, possibilitando a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Destaca-se o empenho das ações voltadas ao atendimento das necessidades da comunidade em geral como as ações de solidariedade, oficinas culturais, seminários e palestras oferecidas de forma gratuita na Faculdade, em escolas públicas e particulares, bem como as ações de implantação do programa de financiamento para estudantes – FIES.

Potencialidades:

- a) a permanente adequação e avaliação das ações previstas no PDI com o correspondente Plano de Ação Anual da IES.
- b) ações e compromissos expressos no PDI em consonância com a Missão da IES e com as políticas de ensino, pesquisa e extensão.
- c) a adequação e revisão do PPC às metas e exigências legais vigentes.
- d) as ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs).
- e) análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes.
- f) os resultados das avaliações dos anos anteriores e das melhorias decorrentes da autoavaliação foram divulgados para a comunidade acadêmica.
- g) observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES.
- h) as avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação de 2016 permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade do PDI, de suas respostas às demandas institucionais e à projeção de ações para 2017.
- i) a expansão das ações de responsabilidade social da Faculdade em parcerias com os segmentos de docentes, discentes e colaboradores.
- j) os esforços para a implantação de Escritório Modelo, que conta com espaço físico, mobília e recursos humanos já implementados na IES.
- k) o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre, como espaço de colaboração, discussão e inovação.
- l) incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de variados cursos de extensão presencial e EAD, atividades culturais e transdisciplinares.
- m) aumento da produção científica docente em revistas nacionais e internacionais.
- n) publicações eletrônicas produzidas pelo corpo docente na forma de E-book
- o) investimento em infraestrutura para a implementação de atividades EaD (plataforma Moodle, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede Wireless).
- p) investimento na ampliação e reforma da infraestrutura para a implantação

do Mestrado.

- q) investimento em equipamentos e materiais permanentes para dar suporte às atividades de ensino.

Desafios:

- a) Prosseguir com a qualificação e implementação das metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional atendendo as demandas de responsabilidades social intrínsecas a uma Instituição de Ensino.
- b) Dar continuidade e ampliar a rede de parceiros para que de retorno social para a comunidade acadêmica e sociedade civil.

POLÍTICAS DE GESTÃO

QUADRO N.º 7 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO IV

EIXO 4	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS
<p>As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho</p>	<p>Programa de Formação Continuada</p>	<p>Promoção de eventos para docentes e colaboradores técnico-administrativos; Cronograma e controle de participação para treinamentos internos e externos; Desenvolvimento de habilidades técnicas e perfis comportamentais; Promoção de encontros motivacionais semestralmente</p>
	<p>Programa de educação continuada</p>	<p>Criação de projeto para a implementação de ferramentas tecnológicas de educação à distância; Qualificação de Professores para EaD; Qualificar funcionários para apoio na realização de projeto de Valorização à Vida;</p>
	<p>Plano de Carreira do Corpo técnico-administrativo</p>	<p>Implantação do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo; Revisão enquadramentos dos colaboradores no Plano de cargos e salários;</p>
<p>Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p>	<p>Incremento às atividades dos órgãos colegiados</p>	<p>Participação do Colegiado de Curso, NDE, CPA e Colegiado Superior nos processos decisórios.</p>
	<p>Revisão dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC)</p>	<p>Projeto de reformulação dos documentos.</p>

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	Programa de fortalecimento dos negócios	Aumento da oferta de cursos e expansão para modalidade EaD
	Programa de redução da inadimplência	Redução dos índices de inadimplência
		Monitoramento semestral da inadimplência, da frequência e aproveitamento com geração de relatórios sistematizados
		Criação de espaço de negociação para os inadimplentes, recorrendo à terceirização da cobrança somente após esgotada a negociação
		Captação de parcerias e serviços qualificados para a realização de ações e atividades que impactam socialmente

10.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL

A avaliação da CPA quanto à política para pessoal, estabelecida no PDI 2015/2019, destaca:

- a) as políticas de pessoal – recrutamento, seleção, admissão, acolhimento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, na área administrativa.
- b) os planos de carreira, regulamentação para o corpo docente e implantação para o corpo técnico-administrativo – em termos de critérios de admissão e progressão.
- c) os programas, projetos e relatórios gerenciais de qualificação e desenvolvimento profissional para o corpo docente e o técnico-administrativo.
- d) o clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
- e) as atividades de melhoria do ambiente físico destinado à administração da Faculdade para o atendimento à pesquisa, à extensão e aos professores de tempo integral.

Considerando os princípios básicos que regem o Plano de Carreira Docente, a CPA observa:

- a) a valorização da qualificação docente decorrente de cursos de formação.
- b) a profissionalização, entendida como dedicação à docência.
- c) a paridade de remuneração para os docentes ingressantes de carreira, com qualificação análoga.
- d) a progressão na carreira, mediante promoção obtida pela titulação.
- e) o estímulo ao professor para o exercício eficaz das funções docentes.
- f) a possibilidade de recrutamento e manutenção de profissionais de reconhecida competência.

Na intenção de qualificar o corpo docente e atender as orientações do SINAES, novamente foi ampliada a carga horária de professores que dispunham de maior titulação com a finalidade de incentivar a produção científica. Em relação ao apoio à formação continuada foram realizadas reuniões de Colegiado de Curso com a finalidade de ampliar as discussões e reflexões referentes à avaliação da aprendizagem, a incorporação gradual de metodologias ativas e de atividade interdisciplinares no currículo da graduação.

A partir dos resultados da avaliação institucional, a IES identificou a importância de dar continuidade à formação de professores com a rediscussão do Projeto Político Pedagógico do Curso e da matriz curricular nas reuniões do NDE.

Em relação às políticas de recursos humanos, o Plano de Cargos e Salários dos colaboradores técnico-administrativos foi implementado em março de 2013. Destacam-se os seguintes benefícios:

- a) Programa de incentivo educacional para colaboradores selecionados que têm mais de um ano de vínculo Institucional; em 2013, 7 colaboradores receberam o auxílio educacional, com 80% de reembolso do investimento em curso técnico, de Graduação ou Pós-Graduação; em 2014, 11 colaboradores receberam o mesmo auxílio. Em 2015, 14 colaboradores foram contemplados. Em 2016, 12 colaboradores tiveram o benefício educacional.

- b) Participação em cursos de aperfeiçoamento externos à instituição, envolvendo um terço dos colaboradores, numa carga horária aproximada 30 horas de atividades de treinamento, em 2016.
- c) Conforme Ato Normativo da Fundação 001/2009, o colaborador da FMP tem direito a descontos especiais para cursar a Faculdade de Direito, os cursos de Pós-Graduação, os Cursos Preparatórios e demais cursos que a instituição venha a ofertar. Em 2016, além dos 8 colaboradores que utilizam diretamente este benefício, 7 dependentes de colaboradores usufruem da bolsa prevista no Ato Normativo.
- d) Utilização da Biblioteca: livre acesso dos colaboradores e do público externo ao acervo de sua Biblioteca.
- e) Previdência privada e plano de saúde para colaboradores e dependentes.

Neste sentido, também, em 2016 foi iniciado o processo de atualização do plano de carreira docente, a fim de contemplar a atenção aos novos níveis de ensino que a Instituição ocupou-se (mestrado e especialização EAD). Observando assim quesitos como produção acadêmica e tempo de casa para enquadramento e promoção.

Em 2016, a Instituição/Mantenedora participou do Great Place To Work (GTPW), que consiste numa pesquisa de clima institucional que busca avaliar e mensurar a percepção dos colaboradores quanto as práticas da Instituição. Com a finalidade de ratificar o bom ambiente de trabalho da FMP, que foi e é construído constantemente através do investimento no quadro pessoal e também auxiliar na formulação de ações mais efetivas junto aos colaboradores, complementando a pesquisa que a CPA realiza junto ao corpo administrativo, esta avaliação contou com a participação de 89 profissionais da FMP, entre docentes e corpo administrativo, e a nota da obtida foi de 69 (num total de 100).

QUADRO N.º 8 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (2014/2016 – 1.º E 2.º SEM.)

CATEGORIA PROFISSIONAL	PERÍODO					
	JUN 2014	DEZ 2014	JUN 2015	DEZ 2015	JUN 2016	DEZ 2016
Funcionários	55	60	61	60	60	59

Fonte: Setor de Recursos Humanos, jan. 2017

QUADRO Nº 9 – GRAU DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES ENTRE 2014-2016⁵

RESPONDENTES	2014	2015	2016
FUNCIONÁRIOS	3,2	3,8	3,4

Fonte: Relatório CPA, jan. 2017

Desde 2012, o método de aplicação da avaliação institucional foi alterado, passando do formulário físico para o virtual, acrescentando maiores garantias quanto ao anonimato dos colaboradores e possibilitando maior participação crítica. Outro aspecto que influenciou a alteração do grau de satisfação foi a criação de um espaço livre no formulário para os funcionários apresentarem sugestões e reivindicações à administração da faculdade.

O grau de satisfação dos respondentes, em relação à avaliação da Faculdade como um todo, está expresso no Quadro n.º 23:

QUADRO N.º 10 – GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS ACADÊMICOS E DOCENTES DA FACULDADE⁶

RESPONDENTES		2014	2015	2016
ACADÊMICOS	DIURNO	4,1	4,1	4,1
	NOTURNO	4,1	4,1	4,1
DOCENTES		4,0	4,0	4,1

Fonte: Relatórios CPA, jan. 2017

Observa-se que o grau de satisfação dos acadêmicos e docentes se mantém na média, havendo pequena alteração no processo temporal. Assim como ocorreu com os funcionários, a alteração do método de aplicação da Avaliação Institucional possibilitou este retorno mais qualificado e efetivo. A alteração do grau de satisfação pode estar relacionada às melhorias da estrutura física da FMP, quesito sempre apontado por docentes e discentes como fragilidade nas avaliações anteriores e que vem sendo qualificada ano a ano para melhor atender a comunidade acadêmica.

⁵ O grau médio é calculado por uma escala de 5 pontos, sendo 5,0 o grau máximo.

⁶ O grau médio é calculado por uma escala de 5 pontos, sendo 5,0 o grau máximo.

10.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

Os objetivos e as metas da instituição estabelecidos em função dos compromissos do PDI e nos projetos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação foram:

- a) A organização e a gestão da Faculdade, em especial quanto ao funcionamento e à representatividade do corpo docente, administrativo e discente nos colegiados.
- b) A participação efetiva dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.
- c) A elaboração e o desenvolvimento do Plano Estratégico da Mantenedora como instrumento que, além de atender à demanda institucional, favorecesse a otimização e a racionalização das atividades acadêmicas e administrativas.
- d) Incentivo à produção científica e à organização do projeto do curso *Stricto Sensu*.

Durante o ano letivo de 2016, de acordo com os planos institucionais, os objetivos foram revisitados para a busca da qualidade administrativa e educacional, com ênfase nos seguintes propósitos:

- a) Dar continuidade à qualificação dos colaboradores e professores.
- b) Garantir o equilíbrio financeiro das atividades da Faculdade.
- c) Dispor de canais de comunicação eficientes com a sociedade e com o público interno.
- d) Aprimorar e dar continuidade aos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos.
- e) Favorecer o processo de ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento de competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso.
- f) Manter reuniões pedagógicas para identificar deficiências, visando à formação de profissionais da área jurídica.

- g) Conhecer a comunidade onde a instituição está inserida, a fim de propor soluções às suas necessidades, incluindo o estímulo cultural.
- h) Consolidar a atuação como agência educacional a favor do desenvolvimento local e regional.
- i) Expandir o acervo da Biblioteca e atualizar o sistema Pergamum.
- j) Aumentar o número de convênios com instituições da região e do Estado.
- k) Legitimar a importância do ENADE na consolidação dos princípios educacionais.
- l) Dar continuidade à relação da faculdade com as escolas públicas.
- m) Incentivo aos professores à publicação de artigos e livros.

Na análise dos relatórios, foi possível observar a atuação do Colegiado Superior, bem como a plena e efetiva atuação do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, de caráter reflexivo e propositivo. Estes aspectos foram avaliados e observados pela Comissão de Avaliação Externa de Recredenciamento de 2010, que assim se manifestou:

[...] a gestão institucional da IES apresenta uma estrutura simples. Sua administração é exercida pela Direção Superior, pela Diretoria. A Direção Superior representa o órgão deliberativo superior e integrador da IES, e tem a responsabilidade de deliberar sobre as atividades administrativas, pedagógicas, acadêmicas, disciplinares e recursais, bem como as relações com a comunidade. O Colegiado de Curso representa o órgão de natureza consultiva, integrando a administração dos cursos envolvidos. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) encontra-se ligado aos órgãos administrativos da IES, atuando de forma participativa nas atividades acadêmicas. O Núcleo Docente Estruturante foi constituído conforme os dispositivos legais, com participação efetiva na avaliação do Projeto Pedagógico de curso. Existe autonomia na relação com a mantenedora que garante aos dirigentes da IES poderes para a tomada de decisões que viabilizem a qualidade das atividades institucionais. (Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010)

A partir da análise de documentos e relatórios percebeu-se êxito na efetivação e avaliação dos objetivos e compromissos com o Projeto Pedagógico do Curso, principalmente pela ação do NDE e dos colegiados. O trabalho do NDE teve repercussão positiva no corpo docente e facilitou as ações da Coordenação do Curso. Igualmente, os membros do NDE trouxeram críticas e sugestões passíveis de serem aprimoradas e implementadas,

atinentes às questões curriculares e acadêmicas. Os docentes com atividades no NDE realizaram reuniões para tratar das questões de ensino.

Também foi reconhecida a importância de atender às expectativas de participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. A boa representação docente e discente nas reuniões respaldou e orientou as ações da gestão acadêmica.

Por esse processo avaliativo, destacam-se:

- a) A qualidade pessoal e profissional do corpo docente.
- b) Agilidade na solução dos desafios.
- c) A atuação ativa dos colegiados.
- d) A união dos setores administrativos e acadêmicos.
- e) A atuação da Ouvidoria.
- f) A organização do projeto de mestrado e o incentivo às publicações.
- g) A implantação do Totem da CPA.
- h) A participação ativa da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso nos processos avaliativos e de integração.

A provisão financeira da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, na área de Ensino, provém dos Cursos de Graduação em Direito e de Pós-Graduação nas diversas áreas jurídicas, Cursos de Atualização e Cursos de Preparação às Carreiras Jurídicas.

Em 2016, passados dez anos do ingresso da primeira turma de estudantes da graduação, a Faculdade tem doze turmas de diplomados, totalizando 545 egressos. O Curso de Graduação em Direito contava, em final de Dezembro de 2016, com oitocentos e sessenta e um estudantes matriculados, com receita líquida de R\$ R\$ 1.468.197,00 (Fonte: Relatório GV College em 31/12/2016).

10.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O foco da dimensão sustentabilidade financeira, para a Faculdade, tem o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior, em termos de:

- a) Políticas de captação e alocação de recursos.

- b) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão e melhorias de infraestrutura.

A estratégia de gestão econômico-financeira obedece à legislação vigente sobre o assunto. A entidade mantenedora é responsável, perante as autoridades e o público em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da legislação, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos.

O orçamento para o ano de 2016 foi apreciado e aprovado pelo Colegiado Superior e pela mantenedora. Destaca-se, nesse particular, a previsão de investimentos na qualificação docente, do acervo da Biblioteca, estímulo à atividade de pesquisa, extensão, implantação da plataforma Moodle, qualificação da infraestrutura para atenção às políticas de acessibilidade, além de incremento nos investimentos globais do curso.

Dentro das disponibilidades financeiras, assegurando a Dimensão Sustentabilidade Econômica, na qualidade de instituição sem fins lucrativos, no ano de 2016, foi possível contemplar significativo número de estudantes, bem como destinar 5,57% do percentual do faturamento à concessão de bolsas.

QUADRO N.º 11 – DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE FATURAMENTO DESTINADO À CONCESSÃO DE BOLSAS – 2014 A 2016

ESPECIFICAÇÕES	2014	2015	2016
Valores em R\$ destinados à concessão de bolsas ou descontos	773.386	920.513	966.463
Percentual sobre o faturamento	5,99%	6,35%	5,57%
Valor médio das mensalidades dos beneficiados pela bolsa ou desconto	983,95	1.257,72	1.295,43

Fonte: Gerência Executiva, jan. 2017

A sistematização de dados de ordem técnica, acadêmica e administrativa, realizadas ao longo do ano letivo de 2016, contribuiu para o

avanço da qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica em geral.

A implementação do sistema de avaliação de desempenho do colaborador que prevê a avaliação anual pela sua chefia imediata e sua autoavaliação ampliou a comunicação dos colaboradores com suas respectivas chefias. Esta avaliação considera os aspectos técnicos da função do cargo, postura ética, habilidades e atitudes.

10.4 CONSIDERAÇÕES

Relativamente à gestão acadêmica, merecem destaque:

- a) Os resultados alcançados no Exame da Ordem, com o recebimento do selo de qualidade OAB Recomenda, como eixo importante de avaliação externa do curso e a busca na manutenção deste índice.
- b) A melhoria das ações que favorecem a integração do nível operacional com o estratégico nos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos.
- c) A consolidação do programa de Mobilidade Acadêmica, através de nova dinâmica de propagação.
- d) A perpetuação do Programa de Valorização à Vida, com foco em ações de Responsabilidade Social e Cidadania.
- e) As melhorias na área física, atendendo ao Projeto de Acessibilidade do Programa de Valorização à Vida, bem como o atendimento das demandas da comunidade acadêmica.
- f) O acompanhamento do Plano Anual de Ação da Faculdade, com maior participação e envolvimento do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, no planejamento e acompanhamento dos projetos previstos no PDI 2015-2019.
- g) O canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e a gestão por meio da Ouvidoria.
- h) O planejamento e controle financeiro vêm apresentando resultados favoráveis, garantindo a sustentabilidade financeira da IES.

Potencialidades:

- a) A atribuição do conceito final 5 (CINCO), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade no processo de renovação de Reconhecimento do Curso (Dezembro, 2014).
- b) A participação dos estudantes no ENADE (Novembro, 2015) e o compromisso já fixado para 2018.
- c) A recomendação formal da qualidade do curso pela OAB (Dezembro, 2015).
- d) A apreciação e aprovação do curso de Mestrado Acadêmico pelo MEC.
- e) A aprovação do projeto de credenciamento da oferta de cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* na modalidade de ensino à distância e adequação da infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de extensão EaD.
- f) Continuidade da formação do corpo docente desenvolvida pela Coordenação do curso e NAP.
- g) Sustentabilidade financeira, como característica transversal das ações de política institucional.
- h) Crescente reconhecimento da comunidade acadêmica em relação aos investimentos realizados pela IES.
- i) O amplo atendimento da Direção e Coordenação do Curso ao corpo docente, discente e, também, corpo técnico administrativo atuante junto as frentes acadêmicas.

Fragilidades:

- a) Prosseguir com a qualificação progressiva da integração dos processos técnico-administrativos e acadêmicos.

12 SÍNTESES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram significativos os resultados alcançados na renovação do Reconhecimento do Curso, nos índices de aprovação nos Exames de Ordem, que destacou a Faculdade com o selo OAB Recomenda, sendo considerada, por esta avaliação, uma das melhores instituições privadas de ensino jurídico do Rio Grande do Sul e a única privada, na região metropolitana. Complementa esta qualidade a aprovação do curso de Mestrado e no credenciamento para Especialização EAD.

A autoavaliação dos docentes, dos discentes e concluintes identificou a importância da implantação das adequações propostas na matriz curricular expressas neste documento. Permitiu também a identificação de informações importantes para a qualificação do atendimento ao estudante, na maior integração entre os setores e na formação continuada de docentes e colaboradores.

Considerando os desafios enfrentados administrativamente com os ajustes do quadro funcional, a ampliação da infraestrutura da faculdade para atender maior número de estudantes, o envolvimento da gestão na revisão dos documentos institucionais com orientações acadêmicas e administrativas, foi realizada a atualização do PDI, com a definição das ações e dos compromissos da Faculdade até o ano de 2019. Este plano atualizado exigiu a reorganização e atualização também dos demais documentos institucionais com vistas a auxiliar a busca dos compromissos assumidos no PDI.

Os dados apresentados pela autoavaliação anual e nos relatórios dos anos anteriores demonstram uma evolução positiva e resultados favoráveis à continuidade dos processos de planejamento, avaliação, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas e de gestão administrativa, incluindo a infraestrutura física em nível de excelência. Com isso a afinidade entre os setores envolvidos e a comunidade acadêmica contribuem diretamente.

Com a implantação de uma equipe específica para qualificar o acompanhamento de egressos, a fim de conscientizar o egresso para o maior aproveitamento das atividades oferecidas pela Faculdade, objetiva-se que a relação da instituição com seu egresso seja aprofundada, também com as novas modalidades de cursos que serão oferecidos..

Sobremaneira, a aprovação e o início do Mestrado Acadêmico, assegura a consolidação das metas institucionais em relação aos seus anseios na oferta

de uma formação jurídica de qualidade à sociedade gaúcha. Junta-se a isto o credenciamento da especialização EAD, derrubando a fronteira física outrora imposta a instituição e permitindo a renovação dos processos e métodos institucionais.

Digno de nota, também, é o crescimento semestral do número de ingressantes por meio de vestibular, a sustentabilidade financeira da IES, com aprovação do orçamento a vigorar no ano de 2017, denotando que a FMP vem correspondendo ao anseio social e se projetando no espaço acadêmico estadual. Justifica-se tal destaque frente a realidade social de nosso país e de nosso estado engrandecem mais os números da FMP.

Com o planejamento anual decorrente da atualização do PDI (2015-2019), traduzido em Plano de Ação Anual, registra-se o cumprimento das ações previstas e o crescimento quanti e qualitativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizadas em consonância com a Missão da IES. Considerando o panorama institucional avaliado, altamente positivo, há consciência dos desafios que se apresentam, tanto em termos de manutenção quanto avanços significativos ainda possíveis de serem alcançados. Nesse sentido a relevância de serem indicadas soluções e alternativas incorporadas ao Plano de Ação Anual.

Os avanços e a implementação do planejado, até 2016, revelam preocupação com as exigências que dão sustentação às propostas educacionais e de uma gestão inovadora. Fica assegurado, com isso, o persistente e contínuo compromisso com os estudantes que cursam na FMP a Graduação e a Pós-Graduação, assegurando a continuidade no nível de excelência na formação e na qualificação de profissionais do Direito. Sob este prisma, é possível afirmar que a Faculdade vem confirmando as expectativas geradas pela comunidade em geral quando de sua implantação, no sentido de ser uma referência na formação jurídica e cultural diferenciada e de grande relevância no espaço que é destinado para sua atuação, além de manter-se alerta aos ditames institucionais e às exigências qualitativas estabelecidas pelos SINAES e outros órgãos federativos.

Por outro lado, a construção de banco de informações e de indicadores focados em linhas de tempo para cada uma das dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, certamente favorecerão atividades institucionais ainda mais consistentes e produtivas.

Porto Alegre, março de 2017.


Luís Augusto Stumpf Luz
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação

ANEXO I

Questionário Avaliação 2016/2

1. Autoavaliação

Qual o seu nível de satisfação em relação à/ao:

	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfeito	Não se aplica
1.1. Tempo reservado para estudo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2. Pontualidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.3. Assiduidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.4. Comprometimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.5. Interesse?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.6. Responsabilidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.7. Cumprimento do código acadêmico de ética?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.8. Acesso ao portal do aluno?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.9. Conhecimento dos regulamentos e procedimentos internos disponíveis no portal do aluno?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.10. Participação em aula?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Página 1 de 6

**2. Organização Institucional**

Qual seu nível de satisfação em relação a estrutura organizacional da FMP:

	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfeito	Não se aplica
2.1. Atendimento ao estudante (6º andar)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.2. Apoio psicopedagógico (NAP)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.3. Meios de comunicação da Faculdade (SMS, e-mail, murais, ações de marketing, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.4. Atendimento setor financeiro?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.5. Canal de comunicação com a Ouvidoria?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.6. Apoio ao estudante (12º andar)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.7. Acesso à coordenação e à direção do curso?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.8. Comentários/sugestões.						

3. Gestão Institucional

Em relação a gestão, qual o seu nível de satisfação quanto a:

	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfeito	Não se aplica
3.1. Estrutura organizacional da Instituição (Direção da Faculdade, Coordenação do Curso, NAP, Assessoria Acadêmica, Biblioteca, Setor Financeiro)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2. Relacionamento das lideranças da FMP (Presidência, Direção e Coordenação de curso, Coordenações de áreas de extensão, pesquisa, mobilidade acadêmica) com o corpo discente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3. Processos de melhoria no ensino e suas tecnologias e inovações (aplicativo celular, FMP Plus, Gold, Doble, Aulas EAD)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.4. Resultados da FMP (Índices nos exames da Ordem, Ministério da Educação e Cultura - MEC, ENADE)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.5. Manutenção e gestão da infraestrutura (salas de aula, biblioteca, salas de apoio, espaços de convivência)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.6. Gestão do serviço de fotocópia?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.7. Gestão do serviço de limpeza?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.8. Gestão do serviço de cantina?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.9. Gestão do serviço de segurança?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.10. Comentários/sugestões	<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>					

Página 3 de 6



4. Missão e visão da Faculdade

Como você avalia a FMP no cumprimento da sua Missão e Visão em relação à:

	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfeito	Não se aplica
4.1. Promoção de cultura sócio jurídica?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.2. Preparação de cidadãos e profissionais éticos e agentes de transformação social?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.3. Ser reconhecida como excelente opção educacional focada na formação de juristas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.4. Preparação de estudantes para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.5. Comentários/sugestões:	<div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>					

